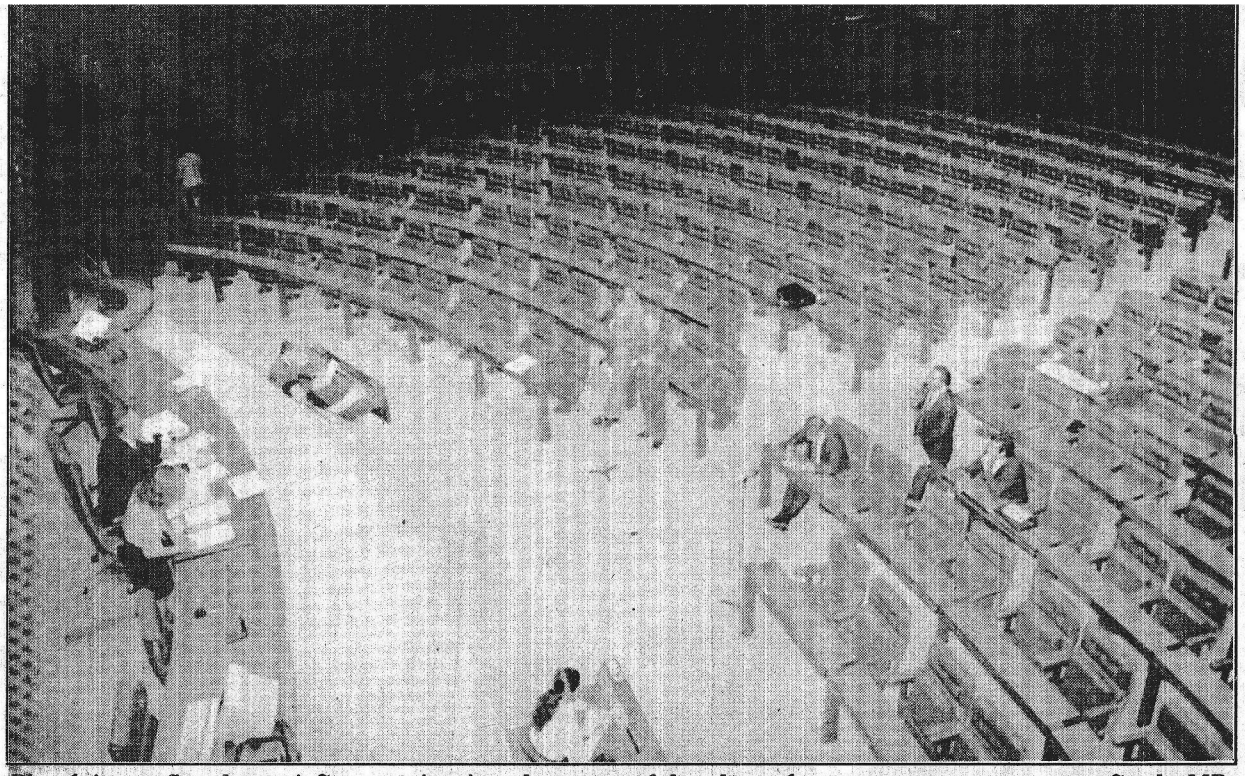

Plenário no fim da revisão constitucional: mesma falta de quórum agora ameaça votação de MPs

Parlamentares devem fazer recesso mesmo contra lei

Campanha eleitoral promete manter plenário vazio, apesar da obrigação de votar Lei do Orçamento

ANTONIO MARCELLO

BRASÍLIA — Mesmo com remotas chances de votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) até o fim de junho, o Congresso se prepara para passar por cima do regimento e decretar "recesso branco" em julho. A tendência é de que nem mesmo com o adiamento do recesso oficial em caso de não-votação da LDO será possível reunir número suficiente de parlamentares em plenário para deliberar. A quase impossibilidade de obter quórum é admitida por líderes partidários e até pelo presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-BA).

"Há grande desmotivação entre os parlamentares para comparecerem ao plenário", observou um líder, segundo quem a perspectiva de renovação em torno de 70% preocupa praticamente todos os interessados na reeleição. "O que é pior, correr o risco de passar por omisso ou de ver sua base eleitoral invadida e ganha por outros candidatos?"

Além dessa dificuldade, a votação da LDO está ameaçada também pela bancada do PT, que decidiu obstruir todas as propostas do Executivo enquanto o presidente Itamar Franco não encaminhar ao Congresso projeto de lei sobre o salário mínimo, previsto na medida provisória que criou a URV. "Isso está na lei, o presidente tem obrigação de mandar o projeto para cá e não manda", afirmou, irritado, o deputado Paulo Paim (PT-RS). "Enquanto o projeto não chegar, vamos impedir a votação de todos os outros e das medidas provisórias de interesse do Executivo, inclusive a LDO." A experiência que o PT adquiriu obstruindo a revisão constitucional é sinal de que a advertência deve ser levada a sério.

Outra ameaça é representada pelo próprio presidente da Câmara. Inocêncio não pretende enfrentar sua base eleitoral sem antes ter julgado todos os deputados acusados pela CPI do Orçamento. É sua principal prioridade. Ainda aguardam julgamento da Comissão de Constituição e Justiça Daniel Silva (PPR-MA), Paulo Portugal (PP-RJ) e Ézio Ferreira (PFL-AM). Além desses, o plenário da Câmara terá de decidir sobre o futuro de José Geraldo (PMDB-MG) e Flávio Derzi (PP-MS).

MAIOR PREOCUPAÇÃO É COM A REELEIÇÃO

As 30 medidas provisórias em tramitação também são impedimento quase certo para o recesso oficial. Algumas terão tramitação complexa, como a das mensalidades escolares, tema que atrai lobistas dos dois lados: donos de escola e pais de alunos. Essa MP tem prazo de validade até 9 de julho. Se não for votada até lá, será reeditada. E, de acordo com a Constituição, se o Congresso estiver em recesso terá de ser convocado extraordinariamente até o quinto dia após a reedição. Outras MPs têm prazo de validade até o dia 30 ou 1º. Uma eventual reedição impedirá o recesso.